



**PARECER DA AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE / ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO
HIDROGRÁFICA DO NORTE**

no âmbito da consulta pública do

ESQUEMA PROVISIONAL DE LOS TEMAS IMPORTANTES (EPTI)

del SEGUNDO CICLO DE PLANIFICACIÓN HIDROLÓGICA 2015–2021

Demarcación Hidrográfica del Duero

Confederación Hidrográfica del Duero - Diciembre de 2013

1. Introdução

O documento aqui em análise foi colocado em discussão pública desde o dia 31 de Dezembro de 2013 pelo período de seis meses. Reporta-se *Esquema Provisional de los Temas Importantes (EPTI)*, elaborado pela *Oficina de Planificación Hidrológica (OPH)* da *Confederación Hidrográfica del Duero*, o

que equivale, na parte portuguesa, às questões significativas da gestão da água (QSIGA). Cabe aqui referir que as QSIGA para a parte portuguesa da bacia do Douro se encontram em preparação, prevendo-se a sua apresentação para discussão pública em Novembro deste ano.

Trata-se de uma fase que se enquadra na Diretiva Quadro da Água (DQA), no 2.º ciclo de planeamento (2015-2021), e constitui a 1.ª etapa do processo de elaboração do plano de gestão de região hidrográfica (PGRH), a qual antecede a preparação do projeto/proposta de plano.

As autoridades portuguesas esperam por esta via, colaborar no processo de planeamento conjunto da bacia hidrográfica do Douro e contribuir para a sustentabilidade da gestão de um recurso natural crucial partilhado entre Portugal e Espanha.

2. Apreciação Geral

A presente apreciação incide, em particular, nos aspetos que dizem respeito aos troços fronteiriços e transfronteiriços da bacia do rio Douro, dada a importância e implicações que os mesmos possuem na parte portuguesa da Região Hidrográfica 3 - Douro.

A Região Hidrográfica do Douro corresponde à bacia internacional mais extensa da Península Ibérica, com 97 713 Km², sendo partilhada entre Portugal (20% do território) e Espanha (80%), nela residindo cerca de 4,2 milhões de habitantes, dos quais 47% cabem a Portugal e os restantes 53% a Espanha (ver Anexo I).

2.1. Antecedentes

No anterior ciclo de planeamento (2009-2015), o processo de participação pública das QSIGA/ EPTI constituiu o primeiro passo para o fortalecimento da relação institucional e colaboração técnica entre as então autoridades responsáveis pela gestão e planeamento da região hidrográfica do Douro/ *Duero*. Foi um período em que a articulação entre os dois países, com a mediação da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção Luso-Espanhola (CADC), culminou na organização conjunta de duas sessões públicas, bastante participadas: a primeira na Régua, em abril de 2009, e a segunda em Valladolid, em maio de 2009. Seguiu-se o período de desenvolvimento do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH-Douro) e do *Plan Hidrológico de la parte española de la Demarcación Hidrográfica del Duero* (PHD), durante o qual foram concretizadas diversas iniciativas conjuntas (eventos técnicos, sessões de participação pública e reuniões do Conselho de Região Hidrográfica) e realizadas várias reuniões técnicas de trabalho no sentido da articulação de pontos-chave dos planos. Saliente-se a este propósito a sessão de apresentação pública conjunta das

propostas de planos do *Duero* e *Miño-Sil*, realizada na cidade do Porto, a 16 de Maio de 2011.

Neste contexto, é de esperar a continuidade desta cooperação, o seu reforço e melhoria no ciclo de planeamento 2015-2021, dando cumprimento às orientações políticas das últimas Cimeiras Luso-Espanholas.

O presente período de participação pública constitui assim um momento privilegiado para retomar a articulação entre os dois países e é neste âmbito que a APA / ARH do Norte procura apresentar comentários e alegações às novas EPTI que sejam construtivas e impulsionadoras do planeamento conjunto da região hidrográfica do Douro/ *Duero*.

2.2. Estrutura e objetivos

Em termos globais, o documento das EPTI está bem estruturado, com um enquadramento adequado e uma consistente metodologia de abordagem.

A estrutura é fundamentalmente a seguida no anterior ciclo de planeamento, agora corrigida em função dos resultados da implementação do programa de medidas e também da evolução observada nas referidas EPTI.

A descrição do papel dos diversos elementos tidos em conta para a definição das EPTI é bastante esclarecedora e enquadradora, indo ao encontro dos objetivos da DQA.

A abordagem por ficha de tema importante está tecnicamente bem conseguida, sendo eficaz na compilação de informação sobre cada tema e facilitando a sua consulta e análise.

Salienta-se também a utilização de cenários preliminares de evolução, que pretendem responder, cada um, a critérios homogéneos de planeamento (cumprimento do plano atualmente em vigor, cumprimento máximo dos objetivos ambientais e prioridade aos aspetos socioeconómicos), especificados através de alternativas de atuação para cada tema importante, os quais se julga serem apropriados para estimular a discussão pública e o desenvolvimento futuro do PHD 2015-2021.

3. Comentários e alegações

1. Para a identificação sistematizada das EPTI, os temas importantes foram agrupados em quatro grandes categorias, levando em consideração a informação e ajustes resultantes da avaliação do plano em vigor (2009-2015). Com efeito, é apresentada uma análise do cumprimento do

- programa de medidas planeadas e dos objetivos ambientais aí fixados, visando detetar possíveis desvios.
2. Regista-se e sublinha-se a referência à situação económico-financeira vivida nos últimos anos, transversal aos dois países e que pode estar na origem de atrasos no arranque e conclusão de muitas das ações e medidas previstas, podendo ficar assim comprometido o cumprimento dos objetivos ambientais fixados para 2015.
 3. Da leitura do documento, e não tendo a parte espanhola da bacia águas de transição e costeiras, constata-se que são feitas referências a possíveis implicações e efeitos no estuário do Douro, por força da contaminação físico-química, extração de água, regulação de caudais, e caudais sólidos, pressões que podem ter efeitos cumulativos no Douro nacional. O estuário do Douro, sendo uma zona sensível, carece de melhor acompanhamento no que se refere a manutenção das condições mínimas que garantam a sustentabilidade desse importante ecossistema.
 4. Verifica-se que não foi considerada uma EPTI dedicada às questões transfronteiriças e de cooperação internacional, matéria relevante da competência da CADC mas que não invalidaria aqui uma abordagem específica, dada a importância para a proteção e aproveitamento sustentável das águas transfronteiriças.
 5. Nas EPTI DU-09 (*Satisfacción de nuevas demandas agrarias*), DU-12 (*Seguridad de presas y embalses*) e DU16 (*Inventario de recursos hídricos naturales*) são abordadas algumas questões do âmbito da CADC, ainda que desatualizadas, sendo referida alguma preocupação com o desconhecimento/desfasamento das *aportaciones* da parte internacional portuguesa da bacia.
 6. Quanto a novas *demandas* agrárias, é referido que se deverá valorizar o seu efeito em termos de caudais exigidos pelo Convénio de Albufeira.
 7. De referir, que na parte portuguesa do Douro existem importantes utilizações para abastecimento público, desde Miranda do Douro a Mogadouro, Peso da Régua e Lever, esta última uma grande captação que serve o Grande Porto (cerca de 1,5 milhões de habitantes), sendo prioritária a identificação e execução de medidas que eliminem ou minimizem eventuais riscos para a saúde pública de utilização destas grandes origens de água.
 8. Outra preocupação importante tem a ver com o elevado estado de eutrofização das albufeiras do rio Douro (nacional e internacional). Os indicadores biológicos revelam a presença de altas concentrações de nutrientes (azoto e fósforo), tornando difícil o cumprimento dos objetivos

- para as massas de água fortemente modificadas, sendo uma matéria que está a ser estudada neste 2º ciclo de planeamento.
9. Apesar dos contactos regulares que foram mantidos com a OPH da CH Duero durante todo o processo de elaboração da 1.ª geração de PGRH, a realidade é que nem sempre foi possível conhecer a verdadeira dimensão dos impactos resultantes das pressões identificadas nas massas de água fronteiriças e transfronteiriças. Por outro lado, ficando a parte portuguesa da bacia totalmente a jusante da parte espanhola, é natural que as nossas principais preocupações se centrem nas afluências de Espanha (aspetos qualitativos e quantitativos), e que foi justamente uma das QSIGA identificadas como principal no documento que antecedeu a elaboração do PGRH-Douro no 1.º ciclo de planeamento. Neste contexto, o conhecimento das pressões é um dos aspetos que vão ser discutidos nas reuniões conjuntas previstas no seio da CADC conforme estabelecido na última sessão plenária da Convenção de Albufeira.
 10. Cabe referir que se espera uma recuperação do estado das massas de água transfronteiriças para o ciclo 2015-2021 na parte espanhola da bacia, por razões que terão a ver com atividades pecuárias e explorações mineiras.
 11. Subsistem porém pequenas diferenças no que se refere à delimitação e classificação das massas de água comuns, justificando-se por isso uma atualização e harmonização dos critérios, por forma a dissipar e resolver eventuais desconformidades, tal como foi sugerido nas alegações da CHD ao PGRH-Douro na fase de consulta pública do 1.º ciclo. Esta é matéria que terá de ser articulada entre ambos os países neste 2º ciclo de PGRH, sendo um dos primeiros assuntos na agenda de reuniões bilaterais que vão ocorrer no seio da CADC.
 12. O intercâmbio de informação poderá ajudar a dissipar algumas das dúvidas colocadas no documento das EPTI, designadamente as referentes ao cadastro de pressões, aos critérios de avaliação, às diferenças de caracterização e à falta de medidas conjuntas alocadas aos problemas comuns. Todos estes aspetos vão ser ajustados nas reuniões conjuntas previstas no seio da CADC conforme estabelecido na última sessão plenária da Convenção de Albufeira.
 13. O regime de caudais no Douro e a contaminação físico-química pode também afetar a qualidade da água para uso balnear interior, por força de problemas de poluição difusa e descargas de efluentes domésticos ainda não tratados.
 14. A este propósito, seria importante a implementação de um sistema de informação e gestão conjunta de controlo temporal de caudais, por forma a acautelar e precaver situações de risco de inundação e danos nas zonas ribeirinhas (erosão e assoreamentos).

15. A necessidade de melhorar a permuta de informação sobre a monitorização da qualidade da água e de definir critérios uniformes, rentabilizando as redes de ambos os lados da região transfronteiriça será um dos assuntos a abordar nas reuniões conjuntas no seio da CADC permitindo assim aumentar o conhecimento sobre impacto e riscos.
16. A definição de metodologias comuns para o próximo ciclo de planeamento, que incluam a avaliação das necessidades futuras de água em toda a bacia e suas implicações face às alterações climáticas, garantindo a gestão sustentável do recurso, é uma questão imperiosa nos 2º PGRH. A sustentabilidade passa igualmente pela adoção de medidas que promovam o uso eficiente e racional da água nos seus múltiplos usos.
17. Não podemos deixar de mencionar outras EPTI que, de algum modo, podem envolver a cooperação e interesse, ainda que parcial, da parte portuguesa, designadamente:
 - DU-03 Amenazas sobre los ecosistemas acuáticos;*
 - DU-04 Caudales ecológicos;*
 - DU-12 Seguridad de presas y embalses;*
 - DU-13 Gestión de sequías;*
 - DU-16 Gestión del dominio público hidráulico;*
 - DU-18 Gobernanza y participación activa.*
18. As referências no documento das EPTI ao PGRH-Douro e à APA / ARH do Norte poderiam constar das listagens de elementos a considerar para a elaboração das EPTI e de entidades com competência em temas relacionados com a água na região hidrográfica (Capítulos 2 e 5 e Anexo II do documento das EPTI).
19. Finalmente, uma referência aos caudais ecológicos, matéria sensível mais desenvolvida na parte espanhola da bacia, mas que revela ainda fragilidades na sua quantificação e implementação e que importa articular melhor entre ambas as entidades responsáveis.

4. Conclusões

Em termos sumários, o conteúdo da proposta de EPTI afigura-se tecnicamente consistente e bem elaborado. No entanto, no que diz respeito às questões transfronteiriças e de participação pública,

julga-se que poderiam ter sido objeto de maior detalhe e desenvolvimento, envolvendo as autoridades competentes nos 4 grandes blocos em que foram agrupadas as EPTI.

Atendendo aos trabalhos em curso no âmbito da CADC a versão final terá de incluir para as massas de água fronteiriças e transfronteiriças o que vier a ser acordado em termos de estado, pressões e objetivos ambientais, para evitar as discrepâncias ocorridas no primeiro ciclo de planeamento.

Assim, é necessário incluir os principais problemas que afetam Portugal como seja, problemas de contaminação orgânica (por exemplo: Tâmega), problemas de eutrofização na cascata do Douro, contaminação do rio Águeda (atividade mineira) e caudais ecológicos.

A troca de informação ao nível da monitorização é fundamental para a gestão das massas de água fronteiriças e transfronteiriças, tal como um acompanhamento conjunto da implementação das medidas é primordial para atingir os objetivos ambientais.

Anexo I. Dados gerais de caracterização

